

À  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS  
GERAIS**

**EXMA. SRA. SECRETÁRIA RENATA VILHENA**

***Ref.: Aviso de Consulta Pública Parceria Público-Privada – Implantação,  
Manutenção, Operação E Gestão de Unidades de Atendimento ao Cidadão  
– UAI***

Com o intuito de contribuir para o aprimoramento das disposições editalícias, publicadas para CONSULTA PÚBLICA em 14/09/2012, referente à concessão administrativa da implantação, manutenção, operação e gestão de Unidades de Atendimento ao Cidadão – UAI, realizamos uma análise dos documentos, onde consideramos e sugerimos as observações abaixo.

### **MINUTA DO EDITAL**

#### **1. Garantia de pagamento da Contraprestação Pecuniária**

Nas minutas publicadas não há garantia pelo PODER CONCEDENTE de pagamento pelos serviços prestados. Entendemos que o fornecimento de garantia, tanto pelo Governo quanto pela CONCESSIONÁRIA, dão sustentação ao contrato e evitaria riscos que seriam suportados indiretamente por uma das partes.

Além disso, a garantia no contrato é essencial para a captação de investimento para o projeto. Sem essa garantia, possivelmente as instituições financeiras e investidores não aportariam recursos num contrato sem lastro garantidor, numa hipótese de paralisação do projeto pelos motivos diversos.

Desta forma, sugerimos que na Minuta de Contrato seja contemplada a garantia do Governo para o projeto da PPP UAI.

## **2. Procedimento e Julgamento**

Em detrimento da qualificação técnica, expondo o PODER CONCEDENTE a um risco irreparável, observamos a inversão das fases de Habilitação e Proposta Comercial no procedimento de julgamento das propostas.

Gostaríamos de sugerir a volta do julgamento inicial pela Habilitação, pois isso evitaria que empresas que não possuem qualificação técnica para o objeto a ser licitado se habilitassem, mesmo que apresentassem propostas de preço mais vantajosas.

## **3. Cálculo da Nota Final**

De acordo com a versão do documento para o julgamento das Propostas, as Notas Técnica e Comercial terão o mesmo peso, ou seja, 50% cada nota na composição do cálculo da Nota Final.

Como a licitação será concebida na modalidade Concorrência, do tipo “técnica e preço”, entendemos que a prioridade deve ser dada para a nota técnica. Portanto, gostaríamos de sugerir a manutenção da proporção para de 60% para a Nota Técnica e de 40% para a Nota Comercial, pois corrobora com o julgamento inicial através dos documentos de Habilitação; ou seja, empresas poderão ofertar um valor mais vantajoso em relação aos demais Proponentes, em detrimento da qualidade técnica na prestação serviço objeto desta Consulta Pública.

## **4. Da Proposta Técnica**

A Minuta de Edital apresenta no item 14 a exigência de Proposta Técnica para a futura licitação, considerando a concorrência ser do tipo “técnica e preço”. Contudo, a apresentação da proposta se restringe a um percentual que incidirá na proposta comercial, diga-se, contratualmente, na remuneração da Concessionária.

Podemos concluir, portanto, que não há exigência de Proposta Técnica para a Minuta de Edital, uma vez que a mesma deve observar os parâmetros definidos pelo Termo de Referência do Edital, para que sejam avaliados os critérios técnicos a serem empregados e sua conformidade com a exigência de implantação das unidades.

Diante disso, sugerimos que a Proposta Técnica seja voltada para critérios técnicos de implantação, operação e gestão das unidades e não da forma apresentada pelo Edital, que propõe um percentual que incidirá na proposta comercial.

## **MINUTA DO CONTRATO**

### **1. Dos Imóveis**

Pelas minutas publicadas, entendemos que o fornecimento dos imóveis para as unidades UAI serão de responsabilidade da Concorrente. Contudo, para os municípios nos quais a oferta de imóveis com as características exigidas é escassa, existirá uma grande dificuldade para que se encontre o local para a implantação das unidades.

Neste sentido, sugerimos que o PODER CONCEDENTE possa oferecer os imóveis públicos onde estão instaladas algumas unidades UAI, bem como apresentar os imóveis privados, cujos contratos poderiam ser transferidos para o futuro vencedor da concorrência.

Isso iria reduzir o custo da proposta comercial e, conseqüentemente, o Governo pagaria mais barato pelo atendimento, além de reduzir o tempo de implantação ou transição das unidades para o parceiro privado, beneficiando diretamente o cidadão.

Sendo assim, esperamos que tais contribuições venham ser agregadas ao processo de consulta pública.

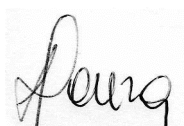
**GPÚBLICA CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA.**

CNPJ 08.821.057/0001-63

Av. Tancredo Neves, nº. 1632, Salas 601 e 602 – Torre Sul - Caminho das Árvores. CEP: 41.820-770- Salvador/BA.

Telefone: (71) 3341.8800

e-mail: contato@gpublica.com.br

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Liliani', is positioned above a horizontal line.

**LILIANI MARIA ARAÚJO SOUZA QUIRINO**

Diretora Executiva